



Pets de brasileiros serão transportados pela FAB no retorno de Israel

Ninguém fica para trás. Esse é o espírito do governo brasileiro na busca de brasileiros que pediram ajuda para deixar a zona de conflito em Israel para retornar ao país. Após consulta ao Ministério das Relações Exteriores, o Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais do ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima confirmou que a Força Aérea Brasileira (FAB) está coordenando a repatriação dos brasileiros, incluindo seus animais de estimação. Até o momento, o único caso concreto que chegou até o governo brasileiro está sendo devidamente tratado. Um homem e seu cachorro. Os detalhes são mantidos em sigilo até o desembarque. Para agilizar o embarque, o Ministério da Agricultura dispensará a apresentação de Certificado Veterinário Internacional (CVI) emitido ou endossado pelas autoridades dos países de origem desses animais, além do atestado de vacinação ou qualquer outra certificação sanitária no momento do ingresso no país, para os repatriados e estrangeiros refugiados de Israel. Atualmente, quase duas mil pessoas aguardam embarque de volta ao Brasil.

Reprodução



Ed Alves/CB/D.A Press



TCU autoriza auditoria nas contas do Iges-DF

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou a realização de uma auditoria de regularidade na aplicação dos recursos federais pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGES-DF). Em seu voto, o relator, ministro Vital do Rego, destacou que o instituto desempenha relevante missão pública na gestão de dois hospitais — de Base e de Santa Maria — e seis unidades de pronto atendimento (Upas), mas é fundamental ampliar o controle dos gastos públicos. A auditoria será realizada em trabalho conjunto com o Tribunal de Contas do DF, a quem cabe, em primeira medida, a fiscalização do Iges-DF. Desde a criação da instituição, ainda no governo Rollemberg, em 2017, até hoje, o montante de recursos federais repassados ao instituto foi de aproximadamente R\$ 700 milhões. A auditoria foi requerida pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Disputa de líderes

O presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, é finalista em prêmio de Inovação no Judiciário, na categoria "Liderança Exponencial". Barroso concorre com o presidente do TCU, Bruno Dantas, cotado para assumir uma cadeira no STF, com o presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Ministro Lelio Bentes Corrêa, e com o promotor de Justiça Moacyr Rey Filho, integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Essa não é a primeira vez que Barroso é reconhecido por sua gestão e atitudes inovadoras no Judiciário. Em 2021, no mesmo evento, o ministro, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi premiado também na categoria "Liderança Exponencial". Além da categoria Liderança Exponencial, a premiação prestigia pessoas e projetos de outras seis categorias: Inovação Tecnológica, Inovação na Gestão, Laboratórios de Inovação, Inovação Social, Executivo de Tecnologia e Executivo de Inovação. A cerimônia de premiação está programada para o dia 21 de novembro, no Dúnia City Hall, no Lago Sul, e contará com a presença de membros do Poder Judiciário e de instituições de funções essenciais à Justiça de todo o país.

Divulgação/TSE



Sinpol é contra GPS nas viaturas policiais

O Sindicato dos Policiais Civis do DF (Sinpol-DF) se manifestou veementemente contra a recomendação do Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial (NCAP), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), para que a Polícia Civil do DF passe a adotar GPS nas viaturas como forma de ampliar o controle do uso desses veículos destinados ao serviço. O Sinpol afirmou que a medida, além de retirar a autonomia da Polícia Civil, pode comprometer a sua atuação no trabalho de investigação.



À QUEIMA-ROUPA SENADOR FABIANO CONTARATO (PT-SE), LÍDER DO PT NO SENADO

"Não há pulsão reacionária que detenha a força poderosa e construtiva do amor. No fim, a Justiça vai vencer"

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) da Câmara dos Deputados aprovou o relatório do deputado Pastor Eurico (PL-PE), que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Qual será o impacto na vida de quem está casado, se esse texto virar lei?

A verdade é que essa minoria intolerante quer palanque eleitoral para destilar ódio e preconceito. Essa meia dúzia de fundamentalistas tenta retirar direitos e humilhar todos que pensam e vivem de forma diferente. Mas é bom lembrarmos que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu o direito ao casamento homoafetivo, e não se trata de privilégio, mas de direito à igualdade, como deve ser para qualquer cidadão, independentemente de cor, raça, religião ou orientação sexual. Nenhum projeto de lei, nem mesmo uma lei ordinária, tem o poder de sobrepor a Constituição, e foi essa a decisão do STF: do princípio da dignidade da pessoa humana, da igualdade. Em resumo, esse projeto é inconstitucional e, ainda que já fosse lei, não teria o poder de sobrepor a Constituição.

Em na vida de casais que têm planos de seguirem uma vida juntos?

Sem o reconhecimento legal da união homoafetiva, não há a possibilidade de o casal decidir individualmente sobre doação de órgãos do companheiro ou da companheira, fazer visitas em hospitais no leito de morte ou decidir sobre velório. Não há como adotar filhos ou constituir pensões. Mas a verdade é que o principal impacto que os preconceituosos e intolerantes querem é humilhar, retirar direitos, diminuir e criminalizar a população LGBTQIA+.

Por que esse tema surge agora? Consequência de termos um Congresso mais conservador?

Como falei, é uma minoria barulhenta que tenta usar pautas e ataques ao próximo como palanque eleitoral. Mas não há pulsão reacionária que detenha a força poderosa e construtiva do amor. No fim, a Justiça vai vencer. Não acredito que o Brasil e o Legislativo vão se curvar ao discurso de ódio e ao retrocesso. Esse projeto passou apenas por uma comissão, onde fundamentalistas dominam o espaço. Agora,

Edilson Rodrigues/Agência Senado



tenho certeza que o tema será debatido com seriedade e, em breve, será derrotado.

A Comissão entendeu que a união entre pessoas do mesmo sexo não pode ser equiparada ao casamento civil por questões que envolvem a "perpetuação da espécie". É a visão de que o sexo tem como objetivo único a procriação?

Não. Essa é a visão de quem usa a religião para tentar justificar o ódio destilado ao próximo. Mas é impossível falar em Deus sendo intolerante. É impossível ser cristão tentando impedir o amor. Essa minoria tenta reduzir a família a um sistema preconceituoso e intolerante. Eu tenho dois filhos, duas crianças que são a razão da minha vida. Temos uma família com amor, respeito, fé e empatia. Isso não é família? Se família não é lugar de amor, o que é então?

O senhor e seu marido sofrem preconceito?

Sim, com ataques de todas as formas e por todos os lados. Um dos mais rasteiros ocorreu durante o processo de adoção do nosso filho Gabriel. Um promotor, sem pensar no bem do meu filho e no amor que colocamos durante todo o processo, quis negar a adoção alegando que não era possível a dupla paternidade. Não desistimos. Lutamos pela adoção e pelo Gabriel. E conseguimos. Hoje, ele e Mariana, que também foi adotada por mim e pelo meu marido, Rodrigo, são os amores das nossas vidas. Depois do episódio, fomos ao CNMP e membros do Ministério Público não podem mais se manifestar contra adoção por casais homoafetivos.

Como suas crianças lidam com esses conflitos?

Nossos filhos, Gabriel e Mariana, são os amores das nossas vidas. São a razão da nossa luta diária por um país mais justo, fraterno e igualitário. Os dois recebem amor incondicional. Para mim, isso é família. Mas sigo sonhando com o dia em que eu não serei julgado pela minha orientação sexual, que os meus filhos não serão julgados pela cor da pele, que as mulheres não serão julgadas pelo gênero. Projetos como esse nos mostram que esse dia ainda não chegou, mas nos dão ainda mais força para lutar contra todo e qualquer tipo de intolerância e preconceito.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

VIOLÊNCIA / A Polícia Civil prendeu o quarto acusado de participar da sessão de tortura e do assassinato de um homem que disputava um ponto de drogas com a facção paulista, em Planaltina (DF)

PCC ordenou morte de rival

» DARCIANNE DIOGO

A Polícia Civil (PCDF) prendeu ontem, na Operação Ex Humo, Lucas Caxias da Silva, o quarto envolvido no assassinato de um homem, a mando do Primeiro Comando da Capital (PCC). Em uma sessão de tortura e crueldade que durou horas, a organização criminosa ordenou o assassinato de um rival. A motivação seria a disputa de um ponto de drogas em Planaltina (GO). Três criminosos da facção paulista já tinham sido presos

pela PCDF, sendo um deles detido em São Paulo.

Lucas é considerado o principal assassino e estava foragido. Morador de Planaltina, ele fugiu para Brasilinha, em Planaltina (DF) e, depois, para Brasília, onde foi preso pela polícia. As prisões dos quatro autores, que eram temporárias, foram convertidas pela Justiça em preventivas. Na delegacia, os acusados negaram pertencer à facção.

O crime ocorreu em 24 de junho deste ano, no Vale do Amanhecer. A vítima, que não

PCDF/Divulgação



Cova onde os criminosos enterraram o corpo da vítima para despistar a polícia e ocultar as provas

terá o nome revelado pela polícia para resguardar os familiares, foi sequestrada e levada a uma casa na região ocupada temporariamente por um dos autores. A polícia começou a investigar o caso, após a mulher da vítima registrar um boletim de ocorrência do marido por desaparecimento.

Em depoimento prestado à PCDF, um dos suspeitos envolvidos confessou o crime e deu detalhes do assassinato. Antes de morrer com uma facada, o homem passou por uma sessão de tortura que levou horas.

A polícia acredita que ele tenha sido submetido ao tribunal do crime, uma espécie de julgamento da facção.

"A vítima foi torturada o dia inteiro. Amarraram as mãos e os pés do homem e o agrediram, provavelmente, com socos e chutes. Depois, o amarraram com uma corda no pescoço para enforcá-lo até que perdesse os sentidos, momento em que foi executado com uma facada no coração", revelou ao Correio o delegado Marcelo Gaia, da 16ª Delegacia de Polícia (Planaltina).

Após o crime, os quatro assassinos gravaram vídeos cantando o hino da facção e, como de praxe, usaram a filmagem para provar aos líderes que o "trabalho" havia sido feito. O registro continha, ainda, a imagem da vítima assassinada.

Na intenção de despistar a polícia e ocultar provas, os criminosos cavaram uma cova rasa no quintal da residência e enterraram o corpo. O Correio apurou que a vítima é do Rio de Janeiro e usuária de drogas, mas não há comprovação de que ela seja integrante de uma facção rival.

BENEFÍCIOS

Fraude gera prejuízo de R\$ 288 mil

» PEDRO MARRA

A Polícia Federal (PF) cumpriu, ontem, mais uma etapa da investigação sobre um grupo criminoso que reativava de forma fraudulenta o auxílio-reclusão, benefício pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aos dependentes de presos, no valor de um salário mínimo. A corporação apurou que a quadrilha também reativou outros tipos de benefício, gerando um prejuízo de mais de R\$ 288 mil. Há indícios da participação de servidores do INSS, que pode ter fornecido número de matrícula e de senhas para acessar o sistema.

A PF suspeita que a fraude tenha contado também com a ação de hackers, para a reativação dos benefícios sem seguir o devido processo administrativo. Foram cumpridos seis mandados de busca e apreensão, expedidos pela 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal. O cruzamento de informações feito pelas autoridades indicou a falta dos documentos solicitados para a concessão dos benefícios. Além disso, os auxílios foram concedidos com data retroativa aos últimos cinco anos.